

Referência, identidade e essência¹

Reference, identity and essence

Adriano Naves de Brito²
brito@bage.unisinos.br

RESUMO: Na filosofia da linguagem contemporânea, podem-se distinguir fundamentalmente duas abordagens sobre a referência de termos singulares a objetos: a da Teoria Descritivista (de orientação fregeana) e a da Teoria Causal (de orientação milleana). Desconsiderando-se nessas teorias, nas suas diferentes variantes, os elementos explicativos do uso de nomes próprios numa comunidade lingüística, a referência dos termos singulares a objetos é explicada por elas respectivamente pela mediação de descrições ou pela negação de qualquer mediação para a efetivação da referência. Apresentarei sumariamente neste trabalho essas duas concepções teóricas, explorando seus compromissos com uma teoria do objeto. Discutirei o papel da interpretação da relação de identidade nas teorias de referência para a escolha de uma teoria do objeto e, particularmente, para a adesão a uma teoria essencialista do objeto. Ao final, esboçarei uma aplicação do argumento desenvolvido para termos para espécies naturais.

Palavras-chave: nomes próprios, referência, identidade, essência, necessidade.

ABSTRACT: In contemporary philosophy of language one can distinguish two main approaches on the reference of singular terms to objects: the descriptive theory (of Fregean orientation) and the causal theory (of Millean orientation). Disregarding the way both theories and their variants explain the use of proper nouns in a linguistic community, the reference of singular terms to objects is explained by them respectively either by the mediation of descriptions or by the negation of any mediation to make the reference. This paper briefly describes these two theoretical approaches and explores their commitments with a theory of object. It discusses the role played by the interpretation of the relation of identity in the choice of a theory of object and particularly in the adoption of an essentialist one. At the end it outlines an application of the developed argument to terms for natural species.

Key words: proper nouns, reference, identity, essence, necessity.

¹ Este texto foi apresentado numa versão preliminar em 1998, por ocasião do VIII Encontro da ANPOF, em Caxambú, MG. Aos que tomaram parte das discussões que ele então suscitou – cujas questões me ficaram, mas cujos rostos e nomes se misturaram em minha memória – meus sinceros agradecimentos. Alguns dos argumentos aqui expostos ganharam ulterior desenvolvimento e estão no livro que publiquei em 2003. A presente versão, além de focalizar a relação entre a interpretação da relação de identidade e o essencialismo, aponta para a extensão dos resultados alcançados com relação aos termos singulares, para os termos de espécies naturais.

² UNISINOS/CNPq.



Identidade e referência: duas teorias

Seriam as sentenças da forma “ $a=a$ ”, se verdadeiras, necessariamente verdadeiras? Embora a resposta afirmativa a esta questão pareça inequivocamente evidente, sua interpretação é discutível.

Se, dos dois lados da identidade, estiverem símbolos idênticos de um mesmo objeto, a sentença será trivialmente verdadeira e não terá qualquer valor cognitivo. Se, contudo, tomarmos a mesma forma sentencial com a identidade ladeada por símbolos distintos – sejam eles “ a ” e “ b ”, por exemplo –, ainda que sejam símbolos de um mesmo objeto, a sentença resultante será, como em princípio toda sentença verdadeira de identidade, se verdadeira, necessariamente verdadeira, mas agora não trivialmente verdadeira e poderá ter, portanto, um valor cognitivo.

A explicação de Frege (1892) para a possibilidade do valor cognitivo de sentenças de identidade da forma $a=b$ remete-nos à sua teoria da referência de termos singulares (*Eigenamen*) a objetos. Para Frege:

O nome precisa pelo menos ter um sentido (como uso essa palavra), sem o que seria uma seqüência vazia de ondas e inadequadamente chamada de nome. Para o uso científico exige-se do nome que ele tenha também um significado; que ele refira ou nomeie um objeto. Assim, o nome se refere ao objeto mediante e somente mediante o sentido (Frege, 1892-1895, p. 34).

Sentenças de identidade formadas por símbolos diferentes ladeando o sinal de igualdade, os quais referem o mesmo objeto podem ter valor cognitivo porque a esses símbolos podem corresponder sentidos diferentes que os ligam ao objeto de referência. É a descoberta desses diferentes sentidos que pode ser informativa.

Kripke (1972), na direção oposta, mas na linha de Mill (1843), toma os nomes próprios como designadores rígidos, isto é: nomes próprios designam seu objeto de referência em todos os mundos possíveis. Segundo isso, se “ a ” e “ b ” são nomes para um e o mesmo objeto, então “ $a=b$ ” será tão informativa quanto “ $a=a$ ” e essas serão sentenças equivalentes com respeito a suas qualidades epistêmicas, exceto pelo fato de que a verdade da primeira se poderá conhecer *a posteriori*, enquanto a verdade da segunda sentença (“ $a=a$ ”) se deixa conhecer, em qualquer caso, *a priori*.

Kripke defende irrestritamente que sentenças de identidade são, se verdadeiras, necessariamente verdadeiras e explica a inclinação a se pensar que haja uma pretensa informatividade nas sentenças de identidade da forma “ $a=b$ ” pela confusão de se considerar que sentenças necessárias não podem ser reconhecidas como necessárias *a posteriori*. Segundo Kripke, há que fazer uma distinção entre o *status* epistemológico e o *status* metafísico de uma sentença de identidade.

Qual é então o status epistemológico da sentença “o bastão S tem um metro de comprimento em t_0 ” para alguém que fixou o sistema métrico com referência ao bastão S? Poder-se-ia pensar que ele o saberia a priori. Pois se usou o bastão S para fixar a referência do termo “um metro”, então como resultado deste tipo de “definição” (a qual não é uma definição abreviativa ou sinônima), ele saberia automaticamente, sem investigações posteriores, que S tem um metro de comprimento. Contudo, mesmo que S seja usado como o padrão do metro, o status metafísico de “S tem um metro de comprimento” será o de uma sentença contingente, sob a condição de que “um metro” seja visto como um designador rígido, pois, sob certas condições de pressão e tensão, calor ou frio, S teria tido um comprimento outro que o de um metro, mesmo em t_0 (Kripke, 1972, p. 56).





A distinção entre o caráter metafísico e o caráter epistemológico da sentença “S tem um metro de comprimento” depende, obviamente, da tese de que há termos – e dentre eles os nomes próprios – que são designadores rígidos. Tratando o termo “um metro” como designador rígido e sendo S o metro de Paris, então “um metro” designará um metro, mesmo que S, o pedaço de metal usado para estipular o padrão do que seja um metro, não tenha, dadas certas condições, um metro. A distinção a ser feita é entre o meio utilizado para se fixar a referência de um termo e aquilo a que o termo de fato, e em quaisquer circunstâncias, se refere. É nesse sentido que se poderia entender como significativa a sentença “O metro de Paris não tem, no momento t_x , um metro” (cf. Malcolm, 1995).

Podemos sumariar, a este respeito, a diferença entre a tese fregeana e a tese de Kripke dizendo que, no caso de Frege, a referência de um termo singular a seu objeto é mediada, ao passo que para Kripke essa referência é imediata ou direta. A tarefa, no que segue, será averiguar que conseqüências essas concepções sobre a referência têm para uma teoria do objeto.

Identidade e designadores rígidos

Sem uma fundamentação ulterior para a tese de que nomes próprios são designadores rígidos, o que sobra como argumento em favor dessa tese é o dado factual do uso de certos termos para referir seu referente usual mesmo em situações contrafactuais ou mundos possíveis. Creio ser possível argumentar em favor de uma explicação para esse tipo de uso em situações contrafactuais sem recorrer à tese da designação rígida. Esse, contudo, não será assunto para o presente trabalho. Ater-me-ei apenas à relação entre a questão da identidade e a tese da designação rígida.

Defendo que uma das bases para a tese de Kripke de que nomes são designadores rígidos está numa certa interpretação do princípio de identidade. Segundo esse princípio, todo objeto é idêntico a si mesmo, tal que se pode inferir que o objeto permanece, a despeito de quaisquer circunstâncias, idêntico a si mesmo através de todos os mundos possíveis.

Gostaria de retomar o ponto sobre o sentido dos enunciados de identidade para explicitar o que me parece equivocado na interpretação de Kripke. Cito Kripke:

Deixe “R1” e “R2” ser os dois designadores rígidos que flanqueiam o sinal de identidade. Assim, “R1 = R2” é, se verdadeira, necessária. As referências de “R1” e “R2”, respectivamente, podem bem ser fixadas por designadores não rígidos “D1” e “D2”. No caso de Hesperus e Phosphorus esses têm a forma “o corpo celeste em tal e tal posição no céu à tarde (ou na manhã)”. Desse modo, ainda que “R1 = R2” seja necessária, “D1 = D2” pode muito bem ser contingente e isso é o que comumente leva à concepção equivocada de que “R1 = R2” poderia não ser necessária (Kripke 1972, p. 143-44).

Considerando dois designadores rígidos, uma sentença de identidade que os contenha será necessariamente verdadeira, se verdadeira. Mas como estabelecer a verdade dessa sentença? O enunciado será verdadeiro se e somente se o objeto designado por, digamos, R1 for o mesmo que aquele designado por R2.

Um modo de garantir que este seja o caso é estipular para dois nomes dados que eles *devem* referir rigidamente um certo objeto determinado. Só é possível fazer uma tal estipulação se a identidade do referido objeto estiver já suficientemente determinada, de modo que se possa, então, simplesmente rotulá-lo duplamente com tal e tal nome.



Que isto, porém, nem sempre é possível, demonstra-o a informatividade de alguns enunciados de identidade. Embora “(x) (x=x)” seja um enunciado trivial, “a=b” e “a=a” não o são, e a diferença está em que enquanto esses últimos enunciados referem-se a um objeto específico, o primeiro é uma sentença com variáveis, para as quais não está ainda especificado nenhum valor. Ora, a especificidade dos termos singulares é justamente apontar *não* um certo objeto, *qualquer que ele seja*, mas um entre todos os outros objetos, tal que a verdade de enunciados de identidade entre termos singulares depende de que nas duas ocorrências dos termos que ladeiam a identidade, estes nomes estejam referindo o mesmo objeto.

Isto, entretanto, não pode ser sempre determinado *a priori* e de fato não o é. Nem sempre podemos estipular de antemão a que nos referimos com o uso de um certo nome, mas muitas vezes usamos um dado nome justamente para tentar determinar para o interlocutor sobre o que estamos falando. Além do mais, os objetos não são descritos ou especificados simplesmente mediante a indicação de seus nomes, é preciso para tanto um procedimento epistêmico qualquer, pelo qual o objeto seja suficientemente determinado.

Uma alternativa para contornar esta condição seria estipular que qualquer nome, em todas as suas ocorrências, referiria o mesmo objeto, ou seja, estipular para uma certa língua que nela não haveria objetos homônimos. Deste modo também se chega aos designadores rígidos de Kripke³. O problema é que isso não pode ser feito para a língua natural em geral, mas apenas pontual e artificialmente mediante acordos circunscritos e, portanto, amparados pelo corpo adjacente da língua, o qual subjaz aos acordos possíveis e que não é, como um todo e de uma só vez, susceptível a arranjos e reparos.

A verdade da sentença “Hesperus = Phosphorus”, por exemplo, foi, historicamente falando, descoberta. E qual teria sido o procedimento disponível para se chegar a esta descoberta? Certamente não a averiguação de se “Hesperus” e “Phosphorus” eram ou não designadores rígidos, pois eles poderiam sê-lo de objetos distintos, e, além do mais, o que estava posto em questão para a determinação do valor verdade desta sentença não era o caráter destes nomes, mas a identidade de seu(s) referente(s). Ora, para a determinação da identidade de um objeto não está disponível senão um procedimento empírico, a saber, a averiguação de que descrições tais como “o corpo celeste em tal e tal posição na manhã” e “o corpo celeste em tal e tal posição à tarde” correspondem a um e o mesmo objeto, ou seja: pela verificação da verdade de sentenças contingentes de identidade, tais como “D1 = D2”, em que, se predicados distintos são atribuídos a *um e o mesmo objeto*, então elas são sentenças verdadeiras.

A verdade de sentenças com designadores rígidos como “R1 = R2” é, então, de fato necessária, mas parasitária da verdade de sentenças como “D1 = D2”, sem as quais a verdade das primeiras é meramente formal e sem nenhum conteúdo específico. Se, sem nenhuma determinação ulterior do(s) respectivo(s) objeto(s) referente(s), substituirmos “Hesperus” e “Phosphorus” como designadores rígidos em “R1 = R2”, tudo o que se poderá enunciar por meio disso é que o objeto, *qualquer que ele seja*, designado⁴ por “Hesperus” é idêntico a um outro objeto, *qualquer que ele seja*, designado por “Phosphorus”, o que equivale ao enunciado de que qualquer objeto é idêntico a si mesmo. Que

³ Somente numa língua para a qual se pudesse elencar num dicionário todos os seus nomes com seus respectivos referentes a averiguação da equivalência entres estes nomes seria uma questão meramente lingüística. Para esta língua poder-se-ia, sem nenhuma averiguação dos objetos eles mesmos, decidir sobre o valor verdade dos enunciados de identidade contendo nomes. Cf. a propósito a discussão de Kripke e R. B. Marcus (1962).



esse enunciado geral sobre todo e qualquer objeto possa ser *a priori* necessariamente verdadeiro, em nada nos ajuda na identificação de um objeto determinado ao qual deveríamos estar nos referindo com “Hesperus” e “Phosphorus”, em sendo estes termos nomes próprios.

O argumento anterior põe-nos, entretanto, um problema. A verificação do valor verdade de enunciados do tipo “D1 = D2” depende da constatação de que descrições distintas são atribuídas a um e o mesmo objeto. Mas se é assim, como é possível constatá-lo sem reconhecer de antemão que se trata de um e o mesmo objeto? Como determinar a identidade de um objeto sem já de antemão pressupô-la?

O paradigma empírico da determinação da identidade de um objeto é, sem dúvida, a comparação de suas propriedades ao longo do tempo, tal que se “dois” objetos têm, tanto quanto se possa averiguar, as mesmas propriedades, então eles são idênticos⁵. Mas se me proponho a comparar as propriedades de diferentes objetos para determinar a identidade dos mesmos, então o próprio propósito já não tem nenhum sentido, pois que sei de antemão que se trata de objetos distintos. Se, ao contrário, a comparação é feita com o mesmo objeto em tempos distintos, então é claro que já tenho que estar de posse de um critério para a sua identidade, e a comparação torna-se supérflua⁶.

Isto quer dizer, afinal, que Kripke tem razão e que não existem enunciados de identidade verdadeiros que não sejam necessários? Bem, num certo sentido esta afirmação não é apenas verdadeira, mas também tautológica, a saber, no sentido em que se pode afirmar com necessidade a identidade de todo e qualquer objeto consigo mesmo. Como tal a afirmação exprime a mera condição formal de que não é possível enunciar algo de alguma coisa, qualquer que ela seja, sem enunciar algo precisamente sobre esta coisa, o que quer que ela seja. Isto, contudo, não é suficiente para a verificação da verdade de enunciados de identidade concernentes a objetos determinados. A verdade de “Hesperus = Phosphorus” depende certamente de que ambos os nomes refiram-se ao mesmo objeto, o qual só mediante descrições pode ser especificado como *algo determinado*. Afinal, de que outro recurso dispomos para especificar um certo objeto no mundo senão a predicação, por meio da qual dizemos o que ele é e o distinguimos de outros objetos? Por outro lado, como podemos predicar, sem predicar de algo? Para predicarmos, temos que ter já à disposição o conceito de um objeto em geral, ao qual corresponde necessariamente a propriedade de ser idêntico a si mesmo. Sem identidade não há entidade, mas sem a predicação não se pode saber que entidades há. Predicação e identidade são, pois, elementos básico do discurso sobre objetos⁷.

⁴ Note-se que não falo do objeto, enquanto o objeto ao qual se deu o nome “Hesperus”. Ser Hesperus e ser chamado Hesperus envolve uma diferença no uso do signo “Hesperus”. No primeiro caso o signo é usado como nome próprio, no sentido estrito, e no segundo como parte de uma descrição. O primeiro uso é, evidentemente, o único que interessa para uma teoria dos nomes próprios. Neste sentido, nomes próprios não fornecem, por si mesmos, nenhuma resposta à questão pela natureza de seu referente. Se isto vale para nomes próprios em geral e se considerarmos que designadores rígidos são nomes próprios num sentido muito estrito, aos quais não se vincularia nenhuma descrição e tampouco a descrição “ter tal ou tal nome”, então dos designadores rígidos, eles mesmos, não se pode esperar qualquer indicação para a determinação da natureza de seus referentes.

⁵ A doutrina remonta a Aristóteles e é o que expressa o princípio da identidade dos indiscerníveis.

⁶ A interpretação que Wittgenstein (1990), no *Tractatus logico-philosophicus*, oferece da relação de identidade nos aforismos 5.5303 e seguintes evoca justamente este desenlace. Diz ele: “Em termos aproximados: dizer de duas coisas que elas são idênticas é um contra-senso e dizer de uma coisa que ela é idêntica a si mesma não é dizer rigorosamente nada”.

⁷ “Predication presupposes identification. Identification presupposes the possibility of identity statements. On the other hand, identification and reference presuppose identification under some description, which presupposes predication. If identity presupposes predication and predication presupposes identity then both must be primitive.” (Wiggins, 1968, p. 69.) Confrontar também a este respeito o minucioso trabalho de Tugendhat, 1976, cap. 26 ss. A tese conclusiva do autor, se bem a entendo, é de que a teoria da verdade sobre sentenças constatativas termina por revelar a interdependência, na enunciação, entre termos singulares e predicação. Isto se deve entender no sentido de que as regras de verificação do objeto, pelo qual o termo singular está, pressupõem a predicação, ao passo que a predicação só se pode entender como a atribuição de um predicado a algo, quer dizer, um certo objeto determinado, de sorte que as regras de verificação para termos singulares e predicados são mutuamente recorrentes.





Identidade *de dicto* e *de re*

E o que podemos concluir agora? Em parte que a tese segundo a qual a identidade entre “dois” objetos é, quando verdadeira, então necessariamente verdadeiros é, afinal, trivialmente correta, pois que sentido teria a idéia de um objeto não ser idêntico a si mesmo? Não obstante, é preciso compreender muito cuidadosamente o conteúdo e o âmbito desta tese verdadeira. Como formulada acima, ela tem duas características essenciais. Primeiro, não diz respeito a nenhum enunciado propriamente dito, mas às coisas elas mesmas, e favorece, portanto, uma leitura *de re* da modalidade envolvida. Segundo, é uma tese que se refere a todo e qualquer objeto simplesmente enquanto ele é um objeto, sem nada somar à determinação deles, e é, enquanto tal, um truísmo. Por outro lado, a tese com a qual estivemos confrontados acima é a de que *enunciados* de identidade entre nomes próprios são, se verdadeiros, então necessariamente verdadeiros. Aqui a leitura da modalidade deveria ser *de dicto*, pois referir-se-ia às sentenças e não diretamente ao que nelas é referido pelos nomes que a compõem. Se nomes não são designadores rígidos, então esta doutrina é falsa.

O recurso à tese dos nomes próprios como designadores rígidos serve, afinal, ao propósito de permitir uma leitura *de re* da modalidade nos enunciados de identidade, e, embora tenhamos visto que é possível usar nomes como designadores rígidos, este uso não constitui seu uso primário e só é viável quando se pode estipular de antemão um vínculo entre um certo signo e um objeto determinado. O uso dos nomes próprios como designadores rígidos é então parasitário do uso geral dos nomes próprios, no qual o vínculo com os referentes é mediado por uma descrição destes referentes, tal que, por meio delas, os objetos referidos possam ser especificados. Uma teoria dos nomes próprios equivoca-se se toma o uso parasitário destes termos como o seu uso primário.

Aceitar a tese de que nomes próprios são designadores rígidos implica, como vejo, o compromisso com uma certa concepção de objeto e de acesso a ele que me parecem ambas inadequadas para caracterizar o que em geral é o caso para a língua natural. Refiro-me à idéia de que o vínculo entre termos singulares, como são os nomes próprios e seus referentes, seja direto, tal que se afirme que eles os refiram sob quaisquer circunstâncias descritivas. O problema é que mesmo considerando que não haja nenhuma circunstância em que um dado objeto não seja idêntico a si mesmo, isto por si não o identifica como um objeto determinado, distinguível de outro qualquer. Se queremos nos referir a um objeto por meio de um nome, este objeto tem que primeiramente poder ser especificado por descrições que o qualifiquem e que permitam a sua reidentificação posterior. Uma vez garantida a identidade do objeto, então pode-se referi-lo rigidamente.

Identidade e essência

Um princípio ontológico clássico é o de que não há entidade sem identidade. Se, como quis indicar acima, deve-se concluir que a referência a objetos está mediada por descrições que o qualifiquem como tal e se a essa conclusão se junta o princípio de identidade de todo objeto consigo mesmo, então não seria inevitável conceder em um essencialismo⁸, segundo o qual todo objeto tem algumas propriedades sem as quais ele não seria ele mesmo mas outro?

Considerem-se nomes próprios como designadores rígidos. Sob essa condição, sentenças como:

⁸ Para uma compreensão do âmbito da discussão sobre a relação entre nomes e essência, confrontar Stalnaker





(1) Cícero = Túlio

deveriam, se verdadeiras, ser, então, necessariamente verdadeiras. A necessidade desta sentença se baseia simplesmente no princípio de identidade, e com ele se poderia falar pelo menos de um essencialismo trivial, segundo o qual todo objeto tem pelo menos uma propriedade necessária, a saber: a de ser idêntico a si mesmo.

Formalmente, temos:

(2) $(x) (x=x) \rightarrow \Box (x=x)$

o que, por estanciação universal, se obtém:

(3) $(a=a) \rightarrow \Box (a=a)$

e como o antecedente é sempre verdadeiro, então:

(4) $\Box (a=a)$

Entre (4) e (1) há uma diferença epistemológica relevante. Enquanto (4) é trivialmente verdadeira, (1) não o é, muito embora, segundo a interpretação dos nomes como designadores rígidos, ela devesse ser necessária.

Este procedimento funciona, assegurada a interpretação de Kripke do princípio de identidade com designadores rígidos, apenas entre nomes próprios no sentido estrito, isto é, entre termos singulares que referem a despeito de não possuírem qualquer significado ou conotação. Considere, por exemplo, a sentença:

(5) Cícero = o homem que denunciou Catarina.

Se (5) fosse interpretada como (1), então (5) deveria ser necessariamente verdadeira, mas neste caso o atributo "o homem que denunciou Catarina", deveria pertencer necessariamente a Cícero, de sorte que Cícero não poderia ser tal como foi sem essa propriedade. Mas é um fato meramente contingente que a vida de Cícero tenha transcorrido de tal modo que ele denunciou Catarina. O essencialismo que estaria imbricado nesta formulação pode ser evitado distinguindo estritamente nomes próprios de descrições definidas. Assim, enquanto as descrições especificam seu objeto de um modo particular, nomes próprios o especificam diretamente.

A diferença entre nomes e descrições definidas faz parte da teoria de Kripke sobre a referência de nomes próprios e impõe uma reinterpretação de sentenças como (5). Para Kripke, sentenças como (5) não estabelecem sinonímia, já que um nome não pode ser sinônimo de uma descrição (ou mesmo um conjunto de descrições). Aqui se pode entender o sentido da interpretação de Kripke de que descrições podem apenas fixar a referência de nomes próprios. Se, agora, a interpretação de Kripke sobre o comprometimento da teoria descritivista dos nomes próprios com a aceitação de sinonímias como as expressas em (5) for aceita, então a teoria descritivista, estaria, ela sim, comprometida com um essencialismo, cujo vigor seria tão maior quanto mais extenso fosse o conjunto de propriedades pelas quais o objeto pudesse ser especificado univocamente numa comunidade lingüística. Esta interpretação parece-me equivocada, e sem ela muito da crítica de Kripke à teoria descritivista, principalmente aquelas que se baseiam nos casos contrafactuais, perde em força argumentativa, mas sobre esse ponto não me deterei mais.

Tudo isto não elimina a possibilidade de vincular a teoria descritivista com um certo essencialismo, mas essa vinculação não é necessária. Pode-se sempre interpretar (5) tal que Cícero seja o homem, *qualquer que ele seja*, que denunciou Catarina. Com isso não se postula a partir da identidade entre "Cícero" e "o homem que denunciou Catarina" nenhuma verdade necessária acerca de Cícero, mas – considerando que o enunciado de identidade, quando verdadeiro, é necessariamente verdadeiro – sobre o próprio enunciado. Não se faz, pois, uma leitura *de re*, mas *de dicto*⁹ do enunciado.

⁹ Plantinga põe do seguinte modo a distinção entre modalidade *de re* e *de dicto*: "Like Aristoteles, then, Aquinas appears to believe that modal statements are of two kinds. Some predicate a modality of another statement (modality *de dicto*); but others predicate of an object the necessary or essential possession of a property; and these latter express modality *de re*" (Plantinga, 1969, p. 236).





Desse modo, a identidade entre os termos que ladeiam a identidade em (5) nos fornece apenas uma condição de identificação para a especificação do referente de um certo nome mediante uma (ou um grupo de) propriedade(s), tal que esta(s) propriedade(s) não seria(m) uma propriedade(s) necessária do objeto como tal, mas uma propriedade(s) necessária(s) para qualquer objeto poder ser considerado o referente do nome; portanto, uma qualidade(s) que dependeria(m) de um certo modo de se referir ao objeto e nada se diria do objeto ele mesmo.

A identidade reinterpretada

Dizer que João necessariamente tem a propriedade F pode significar duas coisas: uma, que se João não tem a propriedade F, então o objeto que pensamos ser João não é mesmo João, pois João é o objeto, qualquer que ele seja, que tem a propriedade F. O outro modo é dizer que João tem necessariamente a propriedade F, pois F é uma propriedade essencial de João e que sem ela João não seria João. Nesse segundo sentido – se não o reduzimos ao primeiro –, nos comprometemos com um essencialismo com espectro fortemente metafísico. Com efeito, podemos aceitar este essencialismo se o vinculamos a uma certa teoria sobre João, mas neste caso estaríamos mais uma vez reduzindo essa segunda maneira de ver a coisa à primeira, já que, segundo uma certa teoria, João não poderia deixar de ter tal propriedade e ainda ser João. Esta necessidade seria, contudo, apenas relativa à teoria e não teria um estatuto metafísico. Por conseguinte, não poderia ter, por carecer da radicalidade necessária, o mesmo sentido do conceito modal. Se este conceito modal tem um sentido claro fora dos sistemas modais, é uma discussão que deixo em aberto. Inclino-me, em todo caso, a recusar aquele essencialismo metafísico, porque não comungo com a idéia de que podemos apreender os objetos de um modo direto, como, segundo me parece, implica uma concepção que toma os nomes próprios como designadores rígidos ou, numa outra versão, como rótulos (cf. Marcus, 1962, p. 83-84). À defesa de uma variante descritivista da teoria da referência de nomes próprios pode-se (mas a sua defesa não depende disso) juntar dois outros elementos: a recusa do essencialismo e a defesa de uma teoria do conhecimento de cunho, digamos, kantiano, na medida em que recusa o acesso direto a objetos. A esse respeito, defendo — e argumentei a respeito alhures (cf. Brito, 2003) — que a determinação das propriedades dos objetos mediatemente acessados por nós é, ao contrário do que postula o essencialismo, um procedimento sempre aberto, porque sempre relativo à ciência ou a alguma teoria (num sentido lato do termo para abarcar também o que o senso comum produz).

Essencialismo, espécies naturais e contradição

No mesmo diapasão, a crítica esboçada aqui poderia ser aplicada aos que, como Putnam (1975), defendem o essencialismo quanto a termos para espécies naturais. O argumento, *mutatis mutandis*, relaciona a leitura essencialista desses termos gerais a uma leitura *de re* que deveria ser *de dicto*. Ora, poder-se-ia dizer que ser um mamífero implica ter algumas propriedades essenciais? A questão é a seguinte: dado qualquer exemplo de propriedade essencial para os mamíferos, essas propriedades seriam necessárias para se classificar um objeto como mamífero ou seriam propriedades necessárias ao próprio objeto. Meu ponto é que propriedades essenciais deveriam ser vistas como propriedades *de dicto*, quer dizer, propriedades com as quais o uso correto do termo “mamífero” estaria ligado e que, por conse-





guinte, não seriam de fato propriedades essenciais do próprio objeto que é classificado como mamífero. Não seriam, pois, propriedades *de re*. A recusa do essencialismo, no sentido aqui discutido, e portanto aristotélico, certamente impõe à leitura da contradição um registro não modal (cf. Springge, 1962). Leitura que leva a que se diga dos objetos que eles não são necessariamente o que são, apenas são assim como são. Não há contradição em que sejam de um ou de outro modo. A contradição é, nessa perspectiva, uma ocorrência do plano lingüístico. Nesse sentido, pode haver contradição entre termos cujos sentidos sejam excludentes, mas não há contradição no mundo, como também nele não há necessidade.

Referências

- ARISTÓTELES. 1970. *Metafísica*. Ed. por Valentín Garcia Yebra. Madrid, Gredos, 830 p.
- ARISTÓTELES. 1985. *Periéremeias*. Lisboa, Guimarães.
- BRITO, A.N. de. 2003. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília, UnB.
- FREGE, G. 1892. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik*. NF 100:25-50.
- KRIPKE, S.A. 1980. *Naming and necessity*. 2ª ed., Cambridge, Harvard University Press, 172 p.
- MALCOLM, N. 1995. Kripke and the standard meter. In: G.H. von WRIGHT (ed.), *Wittgensteinian Themes: Essays 1978-1989*. Ithaca, Cornell University Press, p. 56-65.
- MARCUS, R.B. 1962. Modalities and intensional languages. In: M.W. WARTOFSKY (ed.), *Boston Studies in the Philosophy of Science*. Dordrecht, D. Reidel, p. 77-116.
- MILL, J.S. 1843. *A system of logic*. London, Longmans.
- PLANTINGA, A. 1969. *De re et de dicto*. *Noûs*, 3:235-258.
- PUTNAM, H. 1975. The meaning of "meaning". In: K. GUNDERSON (ed.), *Language, mind and knowledge*. Minneapolis, University of Minnesota.
- SPRINGGE, T. 1962. Internal and external properties. *Mind*, 71:197-212.
- STALNAKER, R. 1997. Reference and necessity. In: B. HALE and C. WRIGHT (eds.), *A companion to the philosophy of language*. Cambridge, Blackwell, p. 534-554.
- TUGENDHAT, E. 1976. *Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Frankfurt, Suhrkamp.
- WIGGINS, D. 1968. Identity-statments. In: R.J. Butler (ed.), *Analytical Philosophy*. Second series, Oxford, Basil Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L. 1990. *Tractatus logico-philosophicus*. Frankfurt, Suhrkamp.

